

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3



Atena
Editora

Ano 2019

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 3

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78 O essencial da arquitetura e urbanismo 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP):
Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo;
v. 3)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-2654
DOI 10.22533/at.ed.654191704

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins,
Bianca Camargo. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias de hoje, é muito discutido o papel social da Arquitetura e do Urbanismo. Por muitos anos, o papel social foi interpretado apenas como a arquitetura específica para as camadas populacionais de menor renda, sem acesso ao mercado formal de moradias – e de arquitetura. Porém, com a crise urbana em que vivemos atualmente, onde grandes parcelas da população não tem acesso às “benesses” do espaço urbano, essa discussão voltou à tona.

Muito mais do que levar a arquitetura para os mais necessitados, devemos reinventar nossa prática profissional para sermos os agentes transformadores da sociedade atual e enfrentarmos os desafios, sociais, políticos e econômicos que estamos vivenciando diariamente em nossas cidades.

Esta edição de “O Essencial de Arquitetura e Urbanismo 2” apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e urbanismo, como: arquitetura, ensino, conforto ambiental, paisagismo, preservação do patrimônio cultural, planejamento urbano e tecnologia. Assim, busca trazer ao leitor novos conceitos e novas reflexões para a prática da arquitetura e do urbanismo.

Neste contexto, é abordada desde as metodologias pedagógicas ativas a serem utilizadas no ambiente escolar até a compatibilização de projetos com o uso da Metodologia BIM (Building Information Modeling). A acessibilidade é abordada a partir de diversas perspectivas: desde um edifício isolado até a acessibilidade de uma cidade, evidenciando a importância da discussão nos dias de hoje. Cabe destacar também os estudos de análise de edificações culturais e de cenografia de exposições e performances. A relação da cidade com o seu patrimônio cultural é tratada em diversos capítulos, desde a gestão patrimonial até a utilização de cemitérios como espaços de memória – uma iniciativa prática que demonstra que a arquitetura, assim como a cultura, está em todos os lugares. Dou ênfase também à importância dada ao patrimônio imaterial, tema de extrema relevância e que é, muitas vezes, desvalorizado pelo poder público.

A discussão sobre a dinâmica dos espaços urbanos é extensa e deveras frutífera. Nesta edição, os capítulos focam na importância da arborização urbana para o bem estar da população, na participação popular nas discussões sobre a cidade, na problemática da existência de vazios urbanos em áreas urbanas consolidadas, nas estratégias de *city marketing*, na cidade global e demais temas que comprovam a multiplicidade de questões e formas de análise que envolvem a discussão sobre a vida urbana.

Por fim, são apresentados estudos sobre novas tecnologias e materiais voltados ao desenvolvimento sustentável, especialmente no tocante à gestão de resíduos da construção civil e à mitigação de riscos e desastres.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PRESERVAÇÃO E RUÍNA UMA BREVE LEITURA DOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA A PARTIR DO SKYLINE DA CIDADE DE SALVADOR	
Ana Licks Almeida Ariadne Moraes Silva Márcia Maria Couto Mello	
DOI 10.22533/at.ed.6541917041	
CAPÍTULO 2	18
ESTUDO METODOLÓGICO DE REABILITAÇÃO URBANA: A DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA CIDADE DE JOINVILLE-SC	
Maria Luiza Daniel Bonett Raquel Weiss	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042	
CAPÍTULO 3	39
QUARTA NATUREZA : UMA NOVA PAUTA NO PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917043	
CAPÍTULO 4	54
ANÁLISE COMPARATIVA SEGUNDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE ENTRE A OCUPAÇÃO DAS CHÁCARAS SANTA LUZIA E A PROPOSTA PARA HABITAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DE BRASÍLIA	
Julia Cristina Bueno Miranda Liza Maria Souza de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.6541917044	
CAPÍTULO 5	73
CONFORTO TÉRMICO EM ESPAÇOS ABERTOS: O ESTADO DA ARTE DO <i>UNIVERSAL THERMAL CLIMATE INDEX - UTCI</i> NO BRASIL	
Thiago José Vieira Silva Simone Queiroz da Silveira Hirashima	
DOI 10.22533/at.ed.6541917045	
CAPÍTULO 6	83
PERCEPÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA DA CIDADE DE CALÇADO- PE, ATRAVÉS DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS DE 1988 AOS DIAS ATUAIS	
Raí Vinícius Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917046	
CAPÍTULO 7	95
PARQUE MACAMBIRA-ANICUNS: A CIDADE NO URBANO?	
Wilton de Araujo Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6541917047	

CAPÍTULO 8	101
VAZIOS URBANOS NA CIDADE: A PRAÇA LEVI COELHO DA ROCHA	
Renata Bacelar Teixeira Sidney Diniz Silva Renata Silva Cirino	
DOI 10.22533/at.ed.6541917048	
CAPÍTULO 9	117
ESPAÇOS LIVRES NO TÉRREO DE UM CORREDOR URBANO	
Adilson Costa Macedo Jessica Lorellay Cuscan Guidoti	
DOI 10.22533/at.ed.6541917049	
CAPÍTULO 10	137
OCUPANDO O CAMPUS: INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ESPAÇO DA CIDADE	
Renata Bacelar Teixeira Ednei Soares Talita Queiroga	
DOI 10.22533/at.ed.65419170410	
CAPÍTULO 11	153
INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL	
Carolina Guida Cardoso do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.65419170411	
CAPÍTULO 12	168
PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO: O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE O “BERLINER MITTE” EM BERLIM	
César Henriques Matos e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65419170412	
CAPÍTULO 13	184
REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA: ASSESSORIA TÉCNICA E MOBILIZAÇÃO POPULAR	
Gabriela de Azevedo Marques Marcela Monteiro dos Santos Thais Oliveira Ponte	
DOI 10.22533/at.ed.65419170413	
CAPÍTULO 14	200
ANÁLISE DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ/SP APÓS A EXTINÇÃO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH)	
Janayna Priscilla Vieira Guimarães Pedro Renan Debiazi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170414	

CAPÍTULO 15	208
ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS EM ÁREA LIVRE PÚBLICA DE LAZER	
Herena Marina Schüler	
Jessie Tuani Caetano Cardoso	
Isabela Fernandes Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.65419170415	
CAPÍTULO 16	221
A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA ACESSIBILIDADE NOS PLANOS URBANOS E DE MOBILIDADE	
Juan Pedro Moreno Delgado	
Jamile de Brito Lima	
Liniker de Jesus Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65419170416	
CAPÍTULO 17	234
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE: ANÁLISE DE TRÊS ESPAÇOS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA – RS	
Zamara Ritter Balestrin,	
Alice Rodrigues Lautert	
Luis Guilherme Aita Pippi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170417	
CAPÍTULO 18	252
GERENCIAMENTO DE PROJETOS COMO INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	
Samira Alves dos Santos	
Emmanuel Paiva de Andrade	
Carina Zamberlan Flores	
DOI 10.22533/at.ed.65419170418	
CAPÍTULO 19	268
A “CIDADE GLOBAL” E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NO QUADRANTE SUDOESTE DE SÃO PAULO DE 2008 A 2017	
Isabela Baracat de Almeida	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.65419170419	
CAPÍTULO 20	281
A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA COMO ESTRATÉGIA DE CITY MARKETING	
Tarciso Binoti Simas	
Sônia Le Cocq d’Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65419170420	
CAPÍTULO 21	297
A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: O POTENCIAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO GERENCIAMENTO DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
Maria Victoria Marchelli	
DOI 10.22533/at.ed.65419170421	

CAPÍTULO 22	312
NOVOS CONCEITOS X ANTIGOS PROBLEMAS: AS CIDADES INTELIGENTES E A INFORMALIDADE URBANA	
Giselle Carvalho Leal Rafael Soares Simão Adriana Marques Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.65419170422	
CAPÍTULO 23	327
PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AEROPORTOS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO: UM PANORAMA PARCIAL, DE 2006 A 2017	
Paulo Sergio Ramos Pinto Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65419170423	
CAPÍTULO 24	350
URBANISMO RURAL, UMA UTOPIA NÃO REALIZADA	
Giselle Fernandes de Pinho Evandro Ziggiatti Monteiro Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina	
DOI 10.22533/at.ed.65419170424	
CAPÍTULO 25	366
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS COM METODOLOGIA BIM EM PERSPECTIVA: ESTUDO DE CASO DA APLICAÇÃO EM UM EDIFÍCIO REAL	
Eveline Nunes Possignolo Costa Geraldo Donizetti de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.65419170425	
CAPÍTULO 26	374
COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÕES: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O MÉTODO TRADICIONAL (2D) E A FERRAMENTA BIM	
Figueiredo, L. L. H., Mariano, L. N. Neto, L. S. C. Resende, L. G. S.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042126	
CAPÍTULO 27	382
ANÁLISE DAS EQUAÇÕES UTILIZADAS PARA O DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO CONFORME NBR 7229 E NBR 13969	
Mario Tachini Abrahão Bernardo Rohden Renan Guimarães Pires Spernau	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042127	

CAPÍTULO 28	391
DESENVOLVIMENTO DE PLANILHA ELETRÔNICA PARA CÁLCULO DE ISOLAMENTO ACÚSTICO POR VIA AÉREA CONSIDERANDO A ENERGIA LATERAL	
Rafaela Benan Zara Paulo Fernando Soares	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042128	
CAPÍTULO 29	405
VALORES DE REFERÊNCIA PARA AS CLASSES DE RUÍDO PREVISTAS NA NORMA NBR 15575	
Brito, A. C. Sales, E. M. Aquilino, M. M. Akutsu, M.	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042129	
CAPÍTULO 30	411
OCORRÊNCIA DE BOLORES EM EDIFICAÇÕES: ESTUDO DE CASO EM HABITAÇÕES CONSTRUÍDAS COM PAREDES DE CONCRETO	
Thiago Martin Afonso Adriana Camargo de Brito Maria Akutsu	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042130	
CAPÍTULO 31	426
DESEMPENHO HIGROTÉRMICO DE PAREDES DE FACHADA POR MEIO DE SIMULAÇÃO COMPUTACIONAL – ESTUDOS DE CASO	
Alexandre Cordeiro dos Santos Luciana Alves de Oliveira Osmar Hamilton Becere Júlio Cesar Sabatini de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042131	
CAPÍTULO 32	437
ADIÇÃO DE EVA E VERMICULITA EM ARGAMASSAS DE REVESTIMENTO: ANÁLISE DO DESEMPENHO TÉRMICO	
Francisco Ygor Moreira Menezes Sara Jamille Marques de Souza Felipe Fernandes Gonçalves Dielho Mariano Dantas de Moura Cicero Joelson Vieira Silva Robson Arruda dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042132	
CAPÍTULO 33	448
ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FILOSOFIA LEAN GREEN CONSTRUCTION EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES DE PEQUENO PORTE	
Dayana Silva Moreira Gontijo Jhonvaldo de Carvalho Santana Andreia Alves do Prado	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042133	

CAPÍTULO 34	462
ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO MODELO LEAN CONSTRUCTION EM CANTEIROS DE OBRAS RODOVIÁRIAS: ESTUDO DE CAMPO EM TRECHO DA BR 158	
Taíme da Cruz Oroski José Ilo Pereira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042134	
CAPÍTULO 35	469
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE PERDAS E DANOS (D _A LA) NO BAIRRO VILA AMÉRICA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ	
Tazio Guilherme Leme Cavalheiro Viadana Fernando Rocha Nogueira Alex Kenya Abiko	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042135	
CAPÍTULO 36	479
APLICAÇÃO DE CONCRETO PERMEÁVEL PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES	
Loyane Luma Sousa Xavier Rafaela Cristina Amaral Abrahão Bernardo Rohden Esequiel Fernandes Teixeira Mesquita	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042136	
CAPÍTULO 37	494
ANÁLISE DA VIABILIDADE NA UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP NA CONFECÇÃO DE BLOCOS DE VEDAÇÃO	
Fabiana Andresa da Silva Victor José dos Santos Baldan Javier Mazariegos Pablos	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042137	
CAPÍTULO 38	508
ANÁLISE DOS ÍNDICES FÍSICOS DA CINZA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DA AREIA NATURAL	
Luana Cechin Marcio Leandro Consul de Oliveira Mariane Arruda Martins Olaf Graupmann	
DOI 10.22533/at.ed.6541917042138	
SOBRE A ORGANIZADORA	516

INSURGÊNCIAS URBANAS E FEMININAS COMO PRÁTICAS CORRELATAS PARA RESISTÊNCIA TERRITORIAL

Carolina Guida Cardoso do Carmo

Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pelo
PPGATC/UNICAMP
Campinas – São Paulo

RESUMO: Esse artigo visa refletir sobre a correlação entre os movimentos de insurgência a favor da vivência urbana diretamente ligados às insurgências femininas originárias de mulheres que buscam ter suas vozes ouvidas na dinâmica da cidade. A partir de uma análise recente de literatura produzida acerca das insurgências e uma reflexão crítica acerca das similaridades e desafios em ambas as temáticas, buscamos estabelecer similitudes no objetivo desses caminhos que, a princípio, aparentam terem traçados distantes e desconexos, mas que é possível encontrar similaridades e pontos de encontro em seus anseios e realizações. É possível entender, assim, que muitas insurgências femininas se colocam e se efetivam também como movimentos de insurgências urbanas, as quais lutam por respostas de demandas específicas das mulheres, demandas essas que se encontram marginalizadas e oprimidas por diversos grupos de controle, diversos governos e diversos contextos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: insurgência, mulheres, ocupações, resistência

ABSTRACT: This article aims to reflect on the correlation between insurgency movements in favor of urban living directly linked to female insurgencies originating from women who seek to have their voices heard in the dynamics of the city. Based on a recent literature review about insurgencies and a critical reflection on the similarities and challenges in both thematic areas, we seek to establish similarities in the objective of these paths that at first appear to have distant and disconnected traces, but which can be found similarities and points of encounter in their yearnings and accomplishments. It is possible to understand, therefore, that many female insurgencies stand out and become effective as urban insurgency movements, which fight for responses to the specific demands of women, demands that are marginalized and oppressed by various control groups, various governments and different social contexts.

KEYWORDS: insurgency, women, occupations, resistance

1 | INTRODUÇÃO

A motivação desse artigo é iniciada a partir da observação e recorrência das várias formas de resistências que vem tendo visibilidade no cenário urbano, tanto as pautas culturais, como ambientais, de direitos pela cidade e pela

participação e igualdade de gênero.

Esses levantes de resistência urbana passar a vir em uníssono para combater situações de marginalidades urbanas geradas, principalmente, pelas desigualdades socioeconômicas, concretizadas em diversas formas e camadas da sociedade. Essas discussões sobre marginalidade urbana alimentam a, até então presente, pauta do direito à cidade, onde muitos autores, a partir de Henri Lefebvre, no fim dos anos 1960, que abordou o conceito inicial de direito à cidade, reforçaram a necessidade de entender esse direito como forma de dar poder e voz a todos, incluindo às minorias - aqui utilizamos a expressão “minorias” tendo consciência que, quando retratamos os problemas oriundos das questões de gênero, racismo ou demais formas de exclusões, utilizamos esse termo tendo consciência que esses grupos, se somados em sua totalidade, passam a ser a grande maioria da população, mesmo em cenário mundial. A própria questão de gênero muitas vezes é encarada como uma questão de minorias, mesmo com as mulheres no Brasil totalizando mais de 51% da população, de acordo com o IBGE (2010). O acompanhamento e pesquisa sobre esses grupos que constroem seus próprios palcos em busca da efetivação do acesso às diversas esferas de serviços e instituições é um trabalho que não pode ser ignorado na busca por um contínuo entendimento e uma total compreensão sobre as mudanças e reais características de uma cidade, organismo esse moldável pelas forças e potências sociais.

Assim, o objetivo desse trabalho é refletir sobre o planejamento insurgente e sua interlocução com a participação ativa das mulheres, através de suas estratégias de resistência e de sobrevivência. Esse artigo foi elaborado através de uma breve reflexão sobre a questão do planejamento insurgente, o relacionando ao visível aumento dos relatos de participação das mulheres em processos de resistências, apresentando um objeto empírico – Comunidade Menino Chorão, para a observação do diálogo entre a insurgência feminina e a insurgência do planejamento.

2 | INSURGÊNCIA TERRITORIAL E FEMININA: DA AQUIETAÇÃO À REVOLUÇÃO

O ano de 2011 ficou marcado por conta dos levantes populares no mundo, pautada no desemprego e na condição econômica dos países, resultando em maior rigor por parte dos governos. No Brasil, esse cenário se apresentou em 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas das cidades do país em protesto diversos que foram iniciados por questões ligadas aos abusos gerados pela mobilidade. “A partir da visibilidade dessas manifestações públicas, os coletivos se propagaram em proporção geométrica pelo Brasil, pautados notadamente por trabalhos de intervenção no espaço urbano com caráter de denúncia social.” (MAZIVIEIRO; ALMEIDA, 2017)

Como resposta a esses ataques diretos à população, muitos movimentos, inconformados com essas práticas antidemocráticas, tem lutado pela liberdade de expressão e direitos sociais. “Esses movimentos insurgentes têm em comum o uso do

espaço público como arena de disputa simbólica e meio de denúncia das atrocidades que se têm cometido em nome de um conjunto difuso e incoerente de pautas por parte dos que detêm o poder estatal”. (CATALÃO; MAGRINI, 2017)

A esses movimentos que buscam responder demandas necessárias vinculadas ao território e ao direito à cidade, através de ações coletivas que não correspondem aos processos de planejamento tradicionais, muitos autores os colocam como agentes do chamado planejamento insurgente. MirafTAB (2016) coloca que esse tipo de planejamento provém de uma prática que busca reconhecimento das ações oriundas dos cidadãos como forma de planejar o espaço, sem necessariamente ficar na iminência da atuação do estado.

Que tipo de planejamento é insurgente? A que isso se refere? Sugiro que planejamento urbano insurgente é o tipo de planejamento que tem como fundação e que se endereça, em suas práticas, a movimentos de cidadania insurgente, isto é, movimentos que tomaram forma nas rebeliões que fizeram das cidades, durante os últimos séculos, proeminentes loci de novas formas de cidadania, contestando as formas nacionais de associação. (HOLSTON, 2016)

Essas rebeliões colocadas pelo autor foram vistas de várias formas e possuem uma cronologia que se inicia há séculos, como é o caso da Comuna de Paris de 1871. Essas rebeliões são vistas como forma de exigir e reinserir nas pautas cotidianas as lutas por direitos básicos ou, em outros casos, à imposição de alternativas radicais.

O planejamento insurgente, assim, avança na linha de compreender a teoria do planejamento a outras formas de ação, incluindo as práticas de agentes e organizações que não estão vinculadas aos grupos dominantes da sociedade. “Eles entendem não ser suficiente dar direitos individuais e um tratamento igualitário como advoga a filosofia política liberal da justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos”. (MIRAFTAB, 2016)

Essa transformação da necessidade em direito fez das cidades uma arena estratégica para o desenvolvimento de cidadanias novas e insurgentes. Em outras palavras, nessas cidades, cidadanias nacionais estão sendo reconfiguradas a partir de conflitos a respeito dos termos e das aspirações da vida urbana contemporânea. Quero enfatizar, portanto, que, apesar de as políticas econômicas brutais do trabalho, da terra e da lei segregarem os pobres urbanos nas periferias e reduzirem-nos a uma “vida nua” e servidão e violência, essas mesmas estruturas de desigualdades incitam os residentes marginalizados a demandar uma vida digna de cidadãos, articulada como um direito à cidade que eles fazem acontecer. (HOLSTON, 2016)

Holston (2016) entende a cidadania urbana insurgente como uma forma de compreender o fazer a cidade e o sentido de pertencer as mudanças propostas, esse processo sendo entendido como a soma das atividades dos cidadãos e que buscam, não necessariamente negar a forma tradicional de cidadania, mas sim, de reformular esse entendimento e levar a cidadania insurgente aos grupos marginalizados, tanto

perante a lei, como perante à construção social de quem detém o poder.

Em 1996, Holston já reforça que a cidadania tradicional diz respeito à condição de membro de uma comunidade política, sendo que a cidadania substantiva – aqui compreendida como motriz para insurgência coletiva, diz respeito à uma série de direitos sociais e políticos acessados (ou não) pelo povo. Essa forma de cidadania substantiva pode ser entendida como a almejada por todas as camadas sociais, o que faz com que diversos grupos se estruturam e organizem em busca dessa efetivação.

A interseção entre (1) “fazer a cidade acontecer” (city making), (2) “ocupar a cidade” (city-occupying) e (3) “reivindicar direitos” (rights-claiming) gerou movimentos por novas formulações de cidadania que eu chamo de insurgentes, as quais, simultaneamente, demonstram e fazem valer novas formas de democracia direta. (HOLSTON, 2016)

Ativistas das práticas insurgentes colocam em pauta distintas compreensões de justiça, a qual compreendem como a consideração da diferença entre os cidadãos e que há necessidade urgente de reconhecimento das formas de opressões baseadas em grupos sociais, não sendo suficiente dar direitos individuais (MIRAFTBA, 2016), o que descontextualiza a luta desses ativistas enquanto coletivos que buscam revolução social e urbana.

Esses grupos que buscam efetivar seus direitos são formados principalmente por pessoas que esbarram nos obstáculos colocados na produção desigual da cidade, como falta de moradia, condições precárias em infraestrutura, problemas de mobilidade, acesso aos serviços básicos, entre outros. Essas características, de acordo com Paulista (2013), fazem com que haja uma união dessas lutas como forma de compreender não só os direitos dos segregados como também se configura como uma ação de sobrevivência.

A organização dessas demandas em movimentos resulta, frequentemente, em uma participação de todos tipos de cidadãos que podem vir a influenciar as produções de leis ou reformulação de poderes, até mesmo acessando governos locais. “Assim, ao expandirem a cidadania para novas bases sociais, os movimentos sociais dos pobres urbanos criam também fontes de direitos da cidadania e novas formas de autogestão.” (HOLSTON, 1996).

A cidadania urbana como uma forma de associação é constituída (1) quando, a despeito de outras identidades, a residência determina a associação à comunidade; (2) quando a cidade é o primeiro locus da comunidade política; e (3) quando a reivindicação de direitos relacionados à produção da cidade e as atuações cívicas a ela ligadas constituem a agenda e a mobilização da associação. (HOLSTON, 2016)

A recessão econômica que o Brasil enfrentou na década de 80, somada à desindustrialização, fez com que uma grande parte da população migrasse para atividades e território urbano e unindo esse fato ao empobrecimento das camadas

trabalhadoras, traçou-se um caminho para a desigualdade urbana. As políticas que incidiram no Brasil desde esse período, de caráter neoliberais, agravaram a crise urbana e, na ausência de políticas que viessem a subsidiar uma grande parte da população, a mesma se viu obrigada a ocupar áreas inadequadas para fins de habitação (FERREIRA, 2012), uma vez que essas áreas não estão inseridas nas disputas do mercado imobiliário e do capital, como é o caso de áreas de preservação ambiental, margens de córregos e com declividades acentuadas. Essa falta de moradia, de fato, se coloca como um dos fatores (porém, não o único) que excluem essa população de acessar diversos serviços que a cidade legal tem a oferecer, assim como se integrar às perspectivas de ascensão social, como oportunidades de empregos formais.

A partir dessas carências urbanas, surgiram movimentos para responder demandas crescentes da cidade ilegal, uma organização e formação sociopolítica interna dessa parcela da população, originando em grupos politizados que lutam por direitos à habitação social (como a União dos Movimentos de Moradia e a União Nacional por Moradia Popular, ambas estruturadas na década de 1980) e visibilidade dessas necessidades.

Ainda na discussão das pautas sobre a luta pela cidade e, conseqüentemente, em levantes oriundos de movimentos sociais com tais objetivos, não podemos esquecer que os mesmos refletem não só disputas territoriais pautadas nas questões sociais, políticas e econômicas, mas também nas pautas das diferenças de gênero.

Assim, juntamente às lutas de moradias que se estabeleceram e continuam em ativo crescimento e atuação, também assistimos o crescimento significativo das mulheres nas disputas do território, ora impondo sua presença, ora rompendo barreiras e preconceitos que questionavam sua capacidade de se posicionar na sociedade. Entretanto, as grandes desigualdades pautadas pelo gênero são construções sociais que desequilibram valores e intensificam poderes e hierarquias existentes entre os sexos, refletindo, ainda, em diferenciações sociais entre homens e mulheres. (ROSA, 2007)

O novo feminismo que explodiu nos anos 70 trouxe a tomada de consciência e ação das mulheres a respeito de sua opressão e exploração. Significou ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos através de importantes transformações sociais, demonstrando a existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal. (CALIÓ, s.d.)

Essa crescente mobilização das mulheres, principalmente de periferias, também relacionada à questão educacional e de saúde das famílias, fez com que movimentos que lutassem por independência financeira e inserção no mercado de trabalho, também reivindicassem por creches e organizações do estado para auxiliar nessa ascensão das mulheres. O Movimento contra a Carestia foi o primeiro movimento popular de massas após o Ato Institucional nº 5 e se expandiu por diversos estados,

centralizando a luta pelo direito à moradia, educação, creches, transporte, reforma agrária e melhores salários. (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017) Entretanto, essas lutas periféricas ficaram no poder dos homens e essas reivindicações focadas na ascensão profissional e política das mulheres desaparecessem.

As lutas contra o despejo de favelas, contra o alto custo de vida, pelos direitos da mulher, pela defesa da infância, por infraestrutura básica e por creches centralizaram as práticas feministas no período, demonstrando a materialidade da desigualdade de gênero e sua intrínseca relação com a cidade. As mulheres trabalhadoras reivindicaram a extensão dos direitos trabalhistas às mulheres do campo, organizaram campanha pela sindicalização da mulher e por sua participação na direção dos sindicatos. A crítica aos artigos discriminatórios à mulher casada do Código Civil de 1916 também foi foco de atenção do movimento de mulheres. As questões relativas à autonomia feminina como controle de fertilidade, aborto, sexualidade, violência doméstica, violência sexual, nesse momento não eram ainda mencionadas. As associações e comitês de mulheres praticamente desapareceram com o golpe militar de 1964. (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017)

Portanto, as mulheres sempre participaram dos sistemas sociais de forma geral, entretanto, foram de várias formas anuladas e inferiorizadas pelos homens, tanto social como politicamente. Assim, entendemos que as determinações dos trabalhos designados para cada sexo há tempos estão inseridas no funcionamento das sociedades, principalmente as classistas, “tendo em vista que o modo de produção capitalista não criou a desigualdade entre os sexos, mas a aprofundou de forma considerável.” (GOMES; SILVA; OLIVEIRA, 2014)

[...] definida como esposa, mãe e filha (ao contrário dos homens, para os quais ser marido, pai e filho é algo que acontece apenas), são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros. Se amor, abnegação, espírito de sacrifício, generosidade são construídos como qualidades do “feminino”, se a dependência econômica e social, e a menoridade política e cultural são postas como condição “feminina”, essas determinações, cremos, decorrem da posição originária das mulheres como seres para outrem. Sua condição de sujeito tem, pois, a peculiaridade de criá-las pela heteronomia, pois o que são o são para outros (que determinam os seus “atributos”) e para os outros (aos quais os tributos são endereçados) (CHAUÍ, 1985)

Dentre as atividades que ficam designadas quase que exclusivamente para as mulheres, estão as atividades domésticas, principalmente à questão da criação dos filhos e organização e cuidado familiar. Nesse sentido, pode-se afirmar que a apropriação do tempo das mulheres representa uma intensificação das desigualdades de gênero e de pobreza. (GOMES; SILVA; OLIVEIRA, 2014) Essas condições de desigualdade são pautadas muito além das questões biológicas, mas principalmente pelas construções sociais, que se exprimem nas divisões de papéis sociais, profissionais e econômicos.

Ao longo da história das cidades, o lugar reservado às mulheres sempre foi o interior das casas, o espaço privado, doméstico, enquanto aos homens ficou o espaço público, político e econômico. Essa distinção das esferas públicas e

privadas “sexuou” a cidade, gerando uma dominação masculina. Os estudiosos tiveram dificuldade em reconhecer a existência dessa dominação, o que resultou na invisibilização das mulheres na multidão que compõe o espaço urbano. (Calió, s.n.t., p. 4). A cidade passou a ser habitada por uma população homogênea, assexuada, sujeita a uma visão global, que segundo Calió (s.n.t.) é masculina, tendo a relação de classes como a única relação social vivenciada. O não reconhecimento da cidade sexista impede que os estudiosos urbanos reconheçam nela as mulheres, bem como a segregação sofrida através da ideologia patriarcal que é refletida na cidade. (SARAIVA, 2017)

Assim, é perceptível que a falta de tempo e a sobrecarga das tarefas designadas para as mulheres pode criar bloqueios relativos à participação das mesmas nas esferas sociais e de tomadas de decisões, estabelecendo mais um conflito entre a questão da sociedade contemporânea, trabalho e atuação política.

Somado a isso, Calió (s.d.) afirma que muitos estudiosos que abordam conceitos como segregação e direito à cidade o fazem considerando-os baseadas nas classes sociais, entretanto, dificilmente incorporam às questões de gênero nessas análises – mesmo que classe determine situações dos indivíduos dentro das relações urbanas. Entretanto, essa análise de classe não basta quando falamos de gênero pois 1) nem sempre considera a mulher como um indivíduo articulado independente da sua relação com homens familiares (como pais e maridos) e 2) não reconhece as questões cotidianas presentes na cidade, que continuam oprimindo as mulheres.

Assim, observar e enaltecer a participação e militância das mulheres nos espaços de disputas e lutas pela moradia digna e direito a cidade é uma forma de reivindicar papéis pré-definidos pelas construções sociais, entendendo as novas contextualizações e mudanças de acontecimentos que permeiam e constroem a nova realidade. (GOMES; SILVA; OLIVEIRA, 2014) Os autores afirmam que a segregação presente no cenário urbano, é resultado de diversos níveis de desenvolvimento do capital e da produção de espaços urbanos designados para determinadas camadas sociais. As camadas populares, por sua vez, estão pré-definidas, dentro do planejamento urbano que vem sendo reproduzido nas últimas décadas, a aceitarem as condições e ofertas de serviço marginalizadas. Esse cenário, entretanto, vem mudando com os novos movimentos de resistência e de exigência por melhores condições de vivência do território urbano.

As antigas abordagens do planejamento urbano eram homogêneas, tendendo a favorecer homens brancos e saudáveis e fizeram a suposição sobre a função da mulher, quanto a sua natureza doméstica. A família era a unidade básica para as criações políticas, nas quais funções específicas de gênero tomaram precedência, onde o homem era o provedor e a mulher, esposa e mãe. As mulheres eram vistas para pertencer ao espaço privado, como os lares, enquanto o espaço público era desenhado para o uso dos homens. O que resultou em espaços construídos que favoreciam cidadãos masculinos saudáveis, empregados e móveis. (SARAIVA, 2017)

É possível notar, a partir das breves reflexões apresentadas, que as lutas de gênero, estão sendo cada vez mais pautas em discursos e manifestações cotidianas,

tomando parte da realidade contemporânea e garantindo seu espaço em diversas formas de divulgação e aprofundamento.

Na luta por moradia, as mulheres têm conquistado, aos poucos, lugares de destaque e reconhecimento enquanto agentes de luta, por meio de vivências e engajamentos em processos que envolvem resistência territorial e lutas contra remoções. “Esse intenso processo viabiliza práticas emancipadoras do sujeito feminino, o reposicionando na esfera pública, subvertendo sua fixação ao campo privado, e colocando o espaço urbano também em disputa, ao acionar o debate em torno do direito à cidade e do direito à moradia.” (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

Numa busca sobre a literatura recente sobre essa temática, muitas pesquisas foram encontradas que ora versam sobre novas formas de permanência territoriais, ora versam sobre os movimentos de mulheres, utilizando objetos de análises empíricas (BHAN, 2014; SELDIM, 2015; MOREIRA, 2013; MAZIVIERO; ALMEIDA, 2017; OLIVEIRA; 2017, SARAIVA; 2017), mas não necessariamente objetivam relacionar os dois assuntos como forma possível de emergir correlações para uma nova forma dialogada de resistência, sendo que essas vivências e experiências das mulheres enquanto agentes de lutas se colocam no terreno do campo prático. Aqui, buscamos elucidar a discussão teórico-metodológica com uma forma de resistência feminina e urbana no cenário do município de Campinas.

3 | MULHERES QUE CHORAM E LUTAM NA MENINÃO CHORÃO

A violência contra a mulher é uma prática ainda presente na sociedade brasileira, embora há muito denunciada e combatida. Segundo o conceito expresso na Conferência de Beijing, violência contra a mulher é “qualquer ato de violência que tem por base o gênero e que resulta ou pode resultar em dano ou sofrimento de natureza física, sexual ou psicológica, inclusive ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer se produzam na vida pública ou privada” (MONTEIRO, 2008)

A partir dessa afirmativa, entendemos que as mulheres sofrem violências de diversas formas, sejam as consideradas físicas ou psicológicas, entretanto, entendemos também como violência a falta de acesso à cidade, aos postos de trabalho e a moradia justa, que afeta diariamente a luta e sobrevivência das mulheres e que acarretam outras formas de violenta-las.

Uma forma prática de entender a discussão aqui proposta, de relacionar as respostas para necessidades urbanas das mulheres – como segurança social, é refletir sobre os casos de mulheres que, em prol da sua permanência no território (mesmo que informal e invisível para grande parcela da sociedade), precisam criar respostas e organizações coletivas para reforçar seu papel na sociedade. Aqui, apresentamos o caso da ocupação Menino Chorão, na região do Campo Belo, em Campinas, no estado de São Paulo.

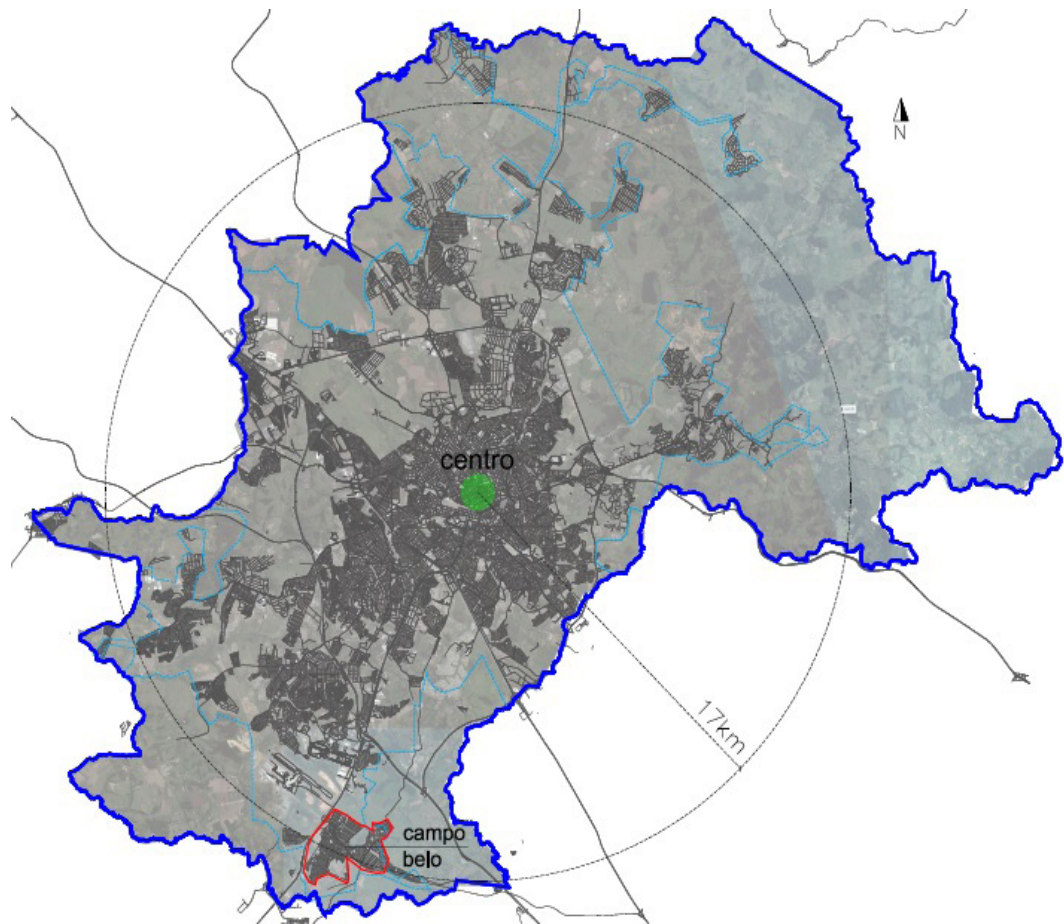


Figura 3 - Localização do Campo Belo dentro do perímetro de Campinas
Elaboração própria, 2018

A localização da ocupação é extremamente periférica dentro do perímetro de Campinas, que possui uma característica urbana e social segregada em sua espacialização, especificando enquanto localização da informalidade territorial, o setor sul-sudoeste do município. A região do Campo Belo, localizada nessa parcela territorial de concentração de moradores de menor poder aquisitivo, de forma geral, possui uma característica precária em relação à infraestrutura urbana, como, por exemplo, vias de terra e baixo atendimento de saneamento.

A ocupação Menino Chorão, dentro dessa realidade urbana, é liderada pela Maria do Carmo Pereira de Sousa, conhecida como Carmen, e conta com aproximadamente 250 famílias. A liderança colocou-se como pivô de mudança em um cenário de extrema vulnerabilidade quando, em 2012, percebeu que o tráfico e a violência dos homens viriam a devastar a vida de crianças e mulheres.

Nesse contexto, surgiram grupos ou entidades que visavam conscientizar a mulher em relação a sua condição de inferioridade e opressão e apoiar as mulheres vítimas de violência. Tais entidades, além de alertarem as mulheres para o fato de que estas são oprimidas, estimulam a criação de uma rede de solidariedade entre mulheres vítimas de violência, o que pode auxiliá-las na tarefa de encontrar soluções e superar a situação de violência em que se encontram. (MONTEIRO, 2008)

No caso da ocupação, foi necessário a tomada de decisão e resposta interna à comunidade, para garantir a diminuição dos riscos sofridos pelas mulheres. Como forma de resistir a esses casos, a liderança se viu obrigada a buscar algum tipo de auxílio, visto na presença do sexo masculino, para lutar por sua permanência e sobrevivência das mulheres. Somado à isso, as mulheres passaram a inserir seus (até então novos) parceiros na ocupação.

“Muitos dos moradores de rua que viveram no local e que hoje estão empregados, foram levados até a comunidade pela própria Carmen. “A gente tinha muitos roubos aqui no início. Então fomos até o Centro de Campinas e trouxemos para morar em um barraco. Em troca, quatro deles se revezavam em rondas pela comunidade”, conta.” (ABDEL, 2015)

Carmen foi a primeira a assentar moradia em 2011 na ocupação e, gradativamente, viu a mesma receber diversos moradores e caravanas vindas de outros lugares do Brasil. Em paralelo, também sentiu a presença e pressão do tráfico que se incomodava com a notoriedade que a comunidade vinha, aos poucos, recebendo.

“Vítima do tráfico de mulheres no Ceará, [Carmen] chegou em Campinas em 2004, sem saber onde desembarcara. Para traz deixou sete filhos e um companheiro agressivo, que lhe tirou a base do espancamento uma nova criança que carregava no ventre durante cinco meses” (ABDEL, 2015)

Vivenciando diariamente a violência das mulheres que fazem parte da ocupação, a liderança precisou tomar uma atitude diante das diversas incertezas e inseguranças, para decidir um novo rumo para a resistência e sobrevivência das mulheres na ocupação.

“Se eu não tomasse uma atitude começaria a ter notícias de mulheres morrendo. Foi então que junto com as amigas Patrícia e Cristiane passamos a fazer vigília à noite pela comunidade. Qualquer barulho de mulher sendo agredida a gente ia até o local e perguntava o que estava acontecendo”, conta. (ABDEL, 2015)

Essa rede de resistência foi somando, visto que muitos dos chamados para a polícia, originados por recorrentes situações de violência, não resultavam em mudanças efetivas e, gradativamente, mais de 100 mulheres da comunidade se uniram para trocar experiências e ocorrências dentro de casa. Uma solução tomada entre essas mulheres foi criar dispositivos punitivos internos da ocupação para controlar e buscar diminuir os casos de violência causados pelos seus próprios parceiros. Um desses dispositivos foi a abstinência sexual pelo prazo determinado pela mulher agredida. “Em quatro casos extremos, as mulheres foram para cima dos rapazes. Os quatro deixaram a comunidade.” (ABDEL, 2015) Nesses casos mais graves, “segundo Carmen, as vítimas escolhem se desejam ficar no local ou ir embora com o agressor.

Infelizmente, algumas foram com eles”. (BALOGH, 2014).

Em 2015, Carmen relatou que quase não há registros de agressões às mulheres da comunidade, mas que foi necessária muita resistência pessoal e enfrentamento de desafios por parte dos homens, que se colocavam contra esses dispositivos, se sentindo prejudicados e tratados como “inimigos” das mulheres. “Tal experiência na Menino Chorão ganhou destaque durante o “I Fórum sobre Violência contra Mulher: Múltiplos olhares”, realizado no ano passado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e com a presença de Carmen contando à medida que deu certo.” (ABDEL, 2015)

Em 2015, a liderança registrou, com muito orgulho, o fato de todas as mulheres da ocupação estarem inseridas no mercado de trabalho.

Durante o ano passado percorri todo o Centro de Campinas anotando, tirando fotos e as vezes filmando os postos de trabalho possíveis para que as mulheres pudessem ocupar. Fui pessoalmente em uma ONG em Ourinhos ver como as mulheres eram encaixadas no mercado, desde catadoras de reciclagem até motoristas. Na reunião em setembro apresentei todo o material e senti que muitas se animaram”, contou Carmen. “A mulher tem que ser independente, principalmente para mostrar seus valores ao marido”, continuou. (ABDEL, 2015)

[...] as mulheres se esforçam para deixar claro que já não aceitam ser compelidas a se dedicarem somente à vida doméstica e não toleram mais a subordinação em relação ao homem dentro do casamento. Então, o modelo em que o marido é o “cabeça do casal” e a mulher sua dependente está sendo rechaçado pelas mulheres que já não aceitam essa condição de submissão. Isso é, em última análise, o inverso do pretendido pelas mulheres que querem independência e autonomia na relação com os parceiros e a família. (MONTEIRO, 2008)

Como sinal dessas resistências contínuas, a ocupação passou a ter visibilidade dentro do cenário regional, tanto de ocupações como da mídia. Aliado a isso, também há a promoção de oficinas culturais e formativas em prol da mulher, buscando organizar e fortalecer ações em prol das mesmas. A Oficina Cultural da Mulher, como exemplo, tem como intuito propor atividades formativas e organizativas para as mulheres e crianças da comunidade, onde podem se ajudar e fortalecer a construção de oficinas, debates, discussões, produções dentro das temáticas sociais e realidades da comunidade. (CULTURA CARTA CAMPINAS, 2015)

A partir desses breves registros, é possível perceber uma externalização do papel da mulher, deixando de ser vista apenas como responsável pelos papéis internos à casa, mas também se inserindo como resistência e liderança em cenários de vulnerabilidade social e urbana. Essa insurgência revolucionária às coloca em um papel de visibilidade urbana, grandemente midiaticizada, e insere em pauta as discussões e dificuldades que essas mulheres enfrentam e buscam solucionar através de respostas internas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma breve e inicial, esse trabalho pondera sobre a correlação entre os movimentos de insurgência pautados pelo sexo feminino a favor da vivência urbana diretamente ligados às necessidades das mulheres que buscam ter suas vozes ouvidas e seus direitos respeitos na dinâmica da cidade.

A análise de uma experiência concreta como da ocupação Menino Chorão elucida de forma clara e concreta a realidade vivida e a resistência necessária dessas mulheres para permanecerem no território, fazendo com que a cidade, mesmo que em território informal, passe a ser mais ampla e justa para os diferentes grupos e arranjos sociais. Não nos cabe, aqui, julgar ou analisar os métodos utilizados por essas mulheres como forma de controlar situações de vulnerabilidade para permanecerem no território que a muito disputam, entretanto, tornar visível essas formas de insurgências sociais é ampliar o olhar para as situações recorrentes que grupos excluídos precisam tomar para efetivar seus direitos e lutar por sua permanência urbana e sobrevivência.

O fato das mulheres da Menino Chorão conseguirem se inserir no mercado de trabalho é um exemplo concreto que corrobora com uma frase estampada na camiseta da UMM, observada em um evento de 2018, onde diz que “a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos”. Mesmo originada no imprevisto e transformada diariamente pelos obstáculos encontrados, a forma de moradia obtida por essas mulheres, juntamente com suas estratégias de permanência, permitiram ampliar a experiência das oportunidades ali existentes.

É importante ressaltar que, assim como afirma Paulista (2013), de que o fato de haver a liderança ou participação ativa de mulheres em movimentos de moradia não faz o movimento automaticamente feminista.

O feminismo é uma prática, uma ação política que tem como objetivo o rompimento das relações desiguais de gênero. Dessa forma, entende-se que a construção do debate e da prática feminista dentro dos movimentos pressupõe não só a presença feminina, mas também a formação e a construção de posturas de militantes que sejam condizentes com essa perspectiva de superação das desigualdades (PAULISTA, 2013)

Logo, é importante observar que a participação da mulher não coloca, involuntariamente, o movimento como um foco de força para lutar pela igualdade de gênero na sociedade, contudo, a vivência e experiências dessas mulheres as colocam em um lugar de fala a ser respeitado e ouvido como forma de conhecer e considerar seus relatos nas ações para permanência urbana.

Buscamos, a partir da reflexão e elucidação de exemplos que possam ser vistos como movimentos de insurgência pela permanência territorial e pela sobrevivência, abrir caminhos para ponderações similares e/ou aprofundamentos que possam contribuir para uma análise conjunta e uma extensa visibilidade sobre essas situações que são vistas como marginalizadas, mas que se organizam diariamente para uma

resistência e permanência na luta por condições melhores de vida.

A formas de fortalecimento e amadurecimento dos modos de disputas pela construção de uma cidade mais justa e coletiva, através da geração de novos olhares e novas formas de resistência, abrem novas possibilidades para compreendermos e legitimarmos a real construção do espaço urbano, gerando uma mudança no entendimento sobre as formas de construir a cidade – majoritariamente pautada pela desigualdade e pela segregação.

5 | OBSERVAÇÕES GERAIS

Artigo publicado originalmente nos anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (V ENANPARQ), realizado em Salvador-Bahia, entre os dias 13 a 19 de outubro de 2018.

A construção da sessão referente à Ocupação Menino Chorão fora subsidiada pelos depoimentos constantes em artigos de mídias digitais e jornais da região do município de Campinas.

Em uma entrevista de 2017, veiculada pelo jornal Esquerda Diário, relacionada à manifestação na câmara dos vereadores de Campinas, a vereadora Mariana Conti (PSOL) abriu espaço para discussão sobre feminicídio no município, apresentando dois casos de duas mulheres que foram mortas na comunidade Menino Chorão. Esses assassinatos carregam com si a tristeza não só do feminicídio, mas também a forma de afronta à resistência coletiva e a própria vida da mulher, levando essas discussões – representada politicamente por apenas uma vereadora mulher na câmara municipal, às esferas de governo.

REFERÊNCIAS

ABDEL, Gustavo. A comunidade de Campinas que cansou do esquecimento. **Correio Popular Online**. Campinas, 06/07/2015. Disponível em http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/06/producao/262610-especial-comunidade-menino-chorao.html. Acesso em 16/04/2018.

BALOGH, Giovanna. Marido agressivo fica sem sexo em comunidade em Campinas (SP). **Folha de São Paulo**. Campinas, 09/04/2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1437916-maridos-agressivos-ficam-sem-sexo-e-bilhar-em-comunidade-em-campinas-sp.shtml>. Acesso em 16/04/2018.

BHAN, Gautam. The impoverishment of poverty: reflections on urban citizenship and inequality in contemporary Delhi. **Environment and Urbanisation**. Volume: 26 issue: 2. Pps. 547-560. October/2014.

CALIÓ, Sônia Alves. **Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano**. [s.l.] [s.n.t.] [s.d.]

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. INSURGÊNCIA, ESPAÇO PÚBLICO E DIREITO À CIDADE . **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**.p.119-135, V.13, n.22, set./dez. 2017.

CARDOSO, Ricardo. Quem sou eu, o planejador do território? Práticas insurgentes no planejamento », **cadernos ces [Online]**. V. 01 | 2008.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Várias autoras. (Org). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, pp.25-62.

CULTURA CARTA CAMPINAS. Oficina Cultural da Mulher completa um ano de atividades na região do Campo Belo. **Carta Campinas**. Campinas, 27/05/2015. Disponível em <http://cartacampinas.com.br/2015/05/oficina-cultural-da-mulher-completa-um-ano-de-atividades-na-regiao-do-campo-belo/>. Acesso em 16/04/2018.

ESQUERDA DIÁRIO. Manifestação contra o Femicídio marca 1º sessão da Câmara Municipal de Campinas. **Esquerda Diário**. 3 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Manifestacao-contra-o-Femicidio-marca-1o-sessao-da-Camara-Municipal-de-Campinas>.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. **2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”**. Buenos Aires, 01 a 04 de agosto de 2012.

GOMES, C. C.; SILVA, P. C. S. ; OLIVEIRA, A. C. . O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito (UFPB)**, p. 180-198 v. 1, , 2014.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI | Insurgent cities and urban citizenship in the 21st Century. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 191, ago. 2016. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5162>>.

_____. Espaços de Cidadania Insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 24. 1996. P. 243-253

MAZIVIEIRO, Maria Carolina; ALMEIDA, Eneida. Urbanismo Insurgente: ações recentes de coletivos urbanos ressignificando o espaço público na cidade de São Paulo. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>>.

MONTEIRO, Christiane Schorr. **AS CONQUISTAS E OS PARADOXOS NA TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA LUTA POR RECONHECIMENTO**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai. Santo Ângelo. 2008.

MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017.

MOREIRA, Clarissa. Da cidade cúmplice à cidade insurgente: Sobre o Rio de Janeiro, desde junho de 2013. **Seminário Escavar nas Superfícies**. MAR, Rio de Janeiro, outubro/2013.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda. Novas periferias: entre a insurgência de cidadãos e o processo de fragmentação socioespacial. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017.

PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**. P. 93-108. V.5 2013.

ROSA, Edelnise Pellegrini. **GÊNERO E HABITAÇÃO: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DE VIVERES**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em

Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017.

SELDIN, Claudia. Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do Squat Kunsthaus Tacheles em Berlim | Cultural practices as urban insurgencies: the case of the Kunsthaus Tacheles Squat in Berlin. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 68, dez. 2015. ISSN 2317-1529.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-265-4

